



AUDITORIA INDEPENDENTE: OS PRINCIPAIS DESAFIOS ÉTICOS E REGULATÓRIOS QUE AUDITORES INDEPENDENTES ENFRENTAM AO AUDITAR EMPRESAS DE GRANDE PORTE

Independent Auditing: The Main Ethical and Regulatory Challenges that Independent
Auditors Face when Auditing Large Companies

Giovanna Carvalho Mendes Beltrão¹

Graduanda em Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA - GO

José Fernando Muniz Barbosa²

Orientador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso - GO

¹Giovanna Carvalho Mendes Beltrão - Bacharelanda no curso de Ciências Contábeis pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) – Brasil - Email: giovanna.carvalhomb@gmail.com

²José Fernando Muniz Barbosa – Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) – Brasil - Email: fernandomuniz@hotmail.com



RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios éticos e regulatórios enfrentados por auditores independentes na auditoria de empresas de grande porte. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico com base em livros, artigos científicos, normas e legislações aplicáveis. Os resultados indicam que a atividade de auditoria independente requer alto grau de responsabilidade, integridade, competência técnica e rigoroso cumprimento das normas profissionais e éticas. A manutenção da independência, a confidencialidade das informações, a resistência a pressões externas e a correta aplicação dos princípios contábeis são desafios constantes enfrentados pelos auditores. Além disso, o descumprimento das normas pode acarretar penalidades administrativas, civis e criminais, reforçando a importância de uma conduta ética e profissional. Conclui-se que a atuação responsável e alinhada às normas é fundamental para garantir a credibilidade das demonstrações contábeis e a confiança do mercado.

Palavras-chave: Auditoria Independente; Ética Profissional; Regulação; Governança Corporativa.

ABSTRACT

This article aims to analyze the main ethical and regulatory challenges faced by independent auditors in the audit of large companies. The research adopted a qualitative approach, of a descriptive nature, based on a bibliographic survey based on books, scientific articles, standards and applicable legislation. The results indicate that the activity of independent auditing requires a high degree of responsibility, integrity, technical competence and strict compliance with professional and ethical standards. Maintaining independence, confidentiality of information, resistance to external pressures, and the correct application of accounting principles are constant challenges faced by auditors. In addition, non-compliance with the rules can lead to administrative, civil, and criminal penalties, reinforcing the importance of ethical and professional conduct. It is concluded that responsible action and in line with the rules is essential to ensure the credibility of the financial statements and the confidence of the market.

Keywords: Independent Auditing; Professional Ethics; Regulation; Corporate Governance.



1 INTRODUÇÃO

A auditoria independente é hoje, no ambiente corporativo, um processo essencial que assegura a transparência e a integridade das informações financeiras de grandes empresas. Ela surgiu no século XIX, durante a Revolução Industrial, quando o crescimento das organizações passou a exigir controles financeiros mais rigorosos. No começo, essa tarefa era feita internamente, mas logo se viu a necessidade de contar com profissionais externos, que pudessem fazer uma avaliação mais imparcial e objetiva.

Com o tempo, a auditoria independente evoluiu bastante, acompanhando mudanças nas práticas contábeis, nas regras do setor e nas expectativas do mercado. A criação de normas internacionais de auditoria e a crescente complexidade dos negócios exigiram que os auditores se atualizassem e aperfeiçoassem constantemente suas abordagens. Hoje, esse tipo de auditoria é fundamental para manter a confiança de investidores, credores e demais interessados, assegurando que as informações financeiras divulgadas pelas empresas sejam corretas, completas e estejam em conformidade com as normas contábeis.

Além de garantir a transparência das demonstrações financeiras, a auditoria independente é indispensável para identificar e prevenir fraudes, avaliar os controles internos das empresas e reforçar uma cultura organizacional baseada em responsabilidade e boa governança. Em um cenário de mercado cada vez mais competitivo e globalizado, utilizá-la de forma adequada é essencial para garantir confiança e credibilidade.

A independência dos auditores durante a auditoria externa é um aspecto central para a ética desse serviço. No entanto, alguns fatores podem comprometer essa independência — como relações muito próximas e duradouras com os clientes ou pressões para manter contratos lucrativos. Nessas situações, podem surgir conflitos de interesse que afetam a imparcialidade do auditor e colocam em risco a confiança dos stakeholders no processo. Além disso, ao lidarem com informações confidenciais ou identificarem possíveis irregularidades, os auditores podem se deparar com dilemas éticos entre cumprir suas obrigações legais e manter princípios morais.

Tendo isso como motivação, esse artigo tem como tema o estudo sobre a Auditoria Independente em Empresas de Grande Porte, no qual o problema a ser abordado será: **Quais são os principais desafios éticos e regulatórios que auditores independentes enfrentam**



ao auditar empresas de grande porte?

O objetivo geral deste trabalho é conhecer e compreender quais são os principais desafios éticos e regulatórios que auditores independentes enfrentam ao auditar empresas de grande porte.

A Metodologia adotada neste Artigo, trata-se da Pesquisa Qualitativa do tipo Bibliográfica Descritiva.

A escolha deste tema se justifica pela crescente exigência por transparência e ética nas práticas contábeis e financeiras, principalmente, das empresas de grande porte. Em um cenário de intensas fiscalizações e regulações mais rígidas, compreender os desafios que impactam a independência dos auditores torna-se essencial para garantir a credibilidade das demonstrações financeiras. Além disso, este estudo pode contribuir para acadêmicos, profissionais e reguladores ao fornecer uma análise detalhada dos fatores que influenciam a auditoria independente, fortalecendo a governança corporativa e a confiança dos possíveis investidores no mercado.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História da Auditoria Independente

Foi na Inglaterra, no início do século XVIII, durante a Revolução Industrial e a consequente expansão do capitalismo que, segundo Oliveira e Diniz (2001), o surgimento de grandes fábricas e o uso intenso de capital financeiro passaram a impulsionar o desenvolvimento econômico. Esse cenário criou uma necessidade real de utilizar e aperfeiçoar continuamente as práticas de auditoria. Naquela época, embora a auditoria fosse uma atividade essencial dentro da contabilidade, ainda não era formalmente reconhecida como uma área independente, surgindo, assim, como uma extensão da própria contabilidade.

Percebe-se que o expressivo avanço econômico e comercial no final do século passado teve um papel importante no crescimento da área de auditoria. Esse progresso foi uma resposta direta ao aumento no tamanho das empresas, à maior complexidade de suas operações e ao crescente envolvimento da população nos grandes empreendimentos econômicos.

No Brasil, conforme relata Ricardino e Carvalho (2004), o primeiro parecer de auditoria foi emitido há mais de um século, pela empresa São Paulo Tramway Light & Power Co., cobrindo o período entre junho de 1899 e dezembro de 1902.

Dessa forma, é possível notar que a prática de auditoria no Brasil levou cerca de 150 anos para começar a ser implementada desde que surgiu, ainda no contexto da Revolução Industrial.

De acordo com Alberton (2002, p. 28), a partir de 1965, com a publicação de normas específicas para regular as atividades dos bancos de investimento, bolsas de valores e corretoras, a auditoria passou a ser obrigatória nessas instituições. Essa legislação também definiu os requisitos para que os profissionais pudessem atuar na área.

A regulamentação implementada em 1965 foi um marco importante para o sistema financeiro brasileiro. Ao estabelecer padrões de qualidade para os serviços de auditoria, ela ajudou a aumentar a confiança dos investidores e a fortalecer o mercado financeiro nacional. Além disso, essa regulação impulsionou a criação de normas técnicas e de entidades representativas da categoria, garantindo maior estrutura e respaldo à profissão de auditor.

2.2 Conceito de Auditoria Independente

Segundo Lins (2017, p. 3), a auditoria pode ser compreendida como:

De maneira geral e simplificada, auditoria, seja de qual tipo for, interna ou externa, significa conferência, verificação, análise e avaliação e, acima de tudo, comunicação dos resultados dentro de um determinado objetivo ao qual a auditoria se propõe. A palavra auditoria tem como origem o latim *audire*, cujo significado é ouvir. Os ingleses adotaram e ampliaram o conceito para *auditing* com um sentido mais voltado para revisão, verificação.

Em outras palavras, o autor define que a auditoria tem como essência a verificação e a análise de informações, com o objetivo de oferecer uma avaliação clara e objetiva. Reforça, ainda, que essa prática não se resume a uma simples conferência de dados; ela envolve uma escuta ativa e uma interpretação criteriosa dos fatos, sendo fundamental para garantir a transparência e a confiança nos processos organizacionais.

Nesse contexto, quando se trata especificamente da auditoria externa, Jund (2001, p.26) destaca que , “a auditoria independente é uma das técnicas utilizadas pela contabilidade, ou seja, aquela destinada a examinar a escrituração e demonstrações contábeis, a fim de confirmar sua adequação”.

Conforme o autor, a auditoria externa é uma análise cuidadosa dos registros contábeis de uma empresa, feita para verificar se as informações apresentadas de fato retratam sua situação financeira e se estão de acordo com as normas contábeis em vigor.

Para Franco e Marra (2000, p. 22), a auditoria pode se caracterizar como:

Ela se distingue da Contabilidade, portanto, embora constitua uma das partes desta, pois constitui a técnica por ela utilizada para confirmar a veracidade dos registros contábeis, que é o principal meio de que se vale a Contabilidade para alcançar seu fim. Com isto não queremos afirmar que a ação da auditoria se limita àquilo que está registrado nos livros, pois ela poderá, também, apurar o que foi omitido nos registros.

Isso mostra que, mesmo sendo uma extensão da contabilidade, a auditoria vai além. Enquanto a contabilidade registra os dados financeiros, a auditoria analisa a qualidade e a confiabilidade desses dados, podendo até identificar informações que tenham sido deixadas de fora. Dessa forma, a auditoria atua como um complemento importante para garantir que tudo esteja dentro das normas e princípios contábeis.

2.3 Importância e Objetivo da Auditoria Independente

Para Crepaldi e Crepaldi (2023, p. 17) a importância da auditoria se dá em:

Os empresários necessitam do maior número possível de informações claras e



objetivas a respeito do desempenho de seu empreendimento. É justamente neste ponto que a auditoria independente assume importante papel auxiliando o empresário a escolher a melhor forma de entrar no mercado, com o uso do trabalho de consultoria de reorganização societária. A empresa, utilizando-se desse expediente, poderá revestir-se da solidez necessária para o início da operação e, conseqüentemente, os investidores terão a segurança necessária para aplicar seu material.

Ou seja, segundo os autores, a auditoria é relevante tanto para quem está à frente da empresa quanto para os possíveis investidores. Com base no parecer técnico dos auditores e na análise das demonstrações contábeis, os interessados conseguem tomar decisões mais bem fundamentadas sobre onde e quanto investir.

Sobre o objetivo da Auditoria Independente, Attiê (2018, p. 12) destaca:

O objetivo do exame normal da auditoria das demonstrações financeiras é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com os princípios de contabilidade aplicados com uniformidade durante os períodos.

Conforme o autor, o principal propósito da auditoria é verificar se as informações financeiras divulgadas pela empresa são verdadeiras e refletem corretamente a realidade do negócio, sempre com base nos princípios contábeis em vigor.

Por fim, segundo a NBC TA 200 (R1) (2016), o objetivo da auditoria é:

É aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

Ou seja, conforme a norma citada, o principal objetivo da auditoria é garantir que os usuários das demonstrações contábeis possam confiar nas informações ali apresentadas.

2.4 Principais Tipos de Auditoria

Iniciando com a Auditoria Fiscal, segundo Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 1), a mesma tem como principal objetivo:

analisar se todas as obrigações tributárias estão sendo seguidas corretamente por uma empresa. Assim, é responsável pelo controle e o bom andamento dos procedimentos legais que envolvem diversos processos, como pagamento e recuperação de impostos ou quaisquer outros aspectos relacionados à parte fiscal de uma organização.

Conforme os autores, a auditoria fiscal se concentra na análise do cumprimento adequado das obrigações fiscais pelos contribuintes, avaliando a eficácia e eficiência dos métodos utilizados para calcular, monitorar e pagar impostos que se aplicam às atividades

comerciais e operacionais de uma organização, bem como a avaliação do planejamento tributário.

Agora, sobre a Auditoria Contábil, Pereira (2016, p. 12) discorre que essa prática “busca a veracidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, apontando fraudes ou omissões, se houver.” Além disso, a autora também cita que a auditoria contábil pode auxiliar na proteção dos direitos de terceiros, garantindo a confiabilidade das demonstrações contábeis e financeiras e, desse modo, minimizando a ineficiência operacional e a possível ocorrência de práticas abusivas.

Ou seja, como pontua Pereira, a auditoria contábil tem a missão de examinar os documentos contábeis com cuidado, verificando se os bens da empresa estão sendo geridos conforme as normas e diretrizes definidas. O foco principal é evitar má gestão e atitudes corporativas inadequadas.

Finalizando com a Auditoria Operacional, esta é, conforme Mattos (2017, p. 16):

responsável por avaliar o nível de operacionalização dos processos de uma empresa e contribuir para a sua melhoria contínua, com recomendações sólidas, pautadas por evidências e material técnico. Além disso, tem em seu escopo, a missão de verificar se as normas e diretrizes operacionais estão adequadas ao negócio.

De modo geral, como aponta o autor, esse tipo de auditoria tem como foco confirmar se as atividades da empresa seguem as metas traçadas, as políticas internas, a legislação vigente e os padrões exigidos pelo setor.

2.5 Conceito e Estrutura do Relatório de Auditoria

Conforme Mattos (2017, p. 92), o relatório de auditoria independente é:

o resumo de um trabalho prestado à empresa auditada, mas também aos investidores e até mesmo à sociedade. Portanto, o entendimento da estrutura dessa peça é de fundamental importância para todos aqueles que estão inseridos no meio empresarial. Já para o auditor, esse conhecimento é de fundamental importância para o exercício da profissão.

Nota-se que, segundo o autor, o relatório de auditoria concentra o trabalho realizado não apenas para a empresa auditada, como também para investidores e a sociedade como um todo. Compreender sua estrutura é essencial para os profissionais do meio e, especialmente, para o auditor, pois esse conhecimento é imprescindível para o bom desempenho de sua função.

Assim como todos os objetos do processo de auditoria, seu relatório também é



regulamentado pelas normas específicas, inclusive sua estrutura que, conforme a NBC TA¹ 700 (2016) - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, é a seguinte:

- Título;
- Destinatário;
- Opinião do auditor;
- Base para opinião;
- Continuidade operacional;
- Principais assuntos de auditoria;
- Outras informações;
- Responsabilidades pelas informações contábeis;
- Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis;
- Localização da descrição das responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis;
- Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório;
- Nome do sócio ou responsável técnico;
- Assinatura do auditor;
- Data do relatório do auditor.

De acordo com a norma, a estrutura do relatório de auditoria deve conter todas as informações necessárias e complementares para garantir o bom entendimento por parte de todos os destinatários do mesmo.

Quanto às regras da elaboração do relatório, Pereira (2016, p.102) as define como: Precisão, Concisão, Objetividade, Limpeza, Lógica e Completude.

De modo mais descritivo, conforme a autora, as regras estabelecem que os relatórios devem ser apresentados com máximo rigor técnico, sendo diretos e sintéticos, apresentando informações de forma clara e direta com máxima organização, seguindo uma

¹ Normas Brasileiras de Contabilidade – Auditoria Independente

estrutura racional e ordenada, contendo todas as informações relevantes para embasar a opinião do auditor de forma íntegra e fundamentada.

2.6 O Auditor e sua Postura Profissional

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2023, p. 187):

O auditor deve planejar e executar a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis. O ceticismo profissional, de acordo com as normas de auditoria externa, requer que o auditor desenvolva seus trabalhos com uma postura que inclui questionamento e avaliação crítica e detalhada, e desempenhe os trabalhos com alerta para condições que possam indicar possível distorção, devida a erro ou fraude nas demonstrações financeiras.

Conforme os autores, durante todo o trabalho, o auditor deve se manter atento e sempre desconfiar da possibilidade de erros ou fraudes. Essa postura crítica, conhecida como ceticismo profissional, é indispensável para que ele consiga analisar as demonstrações financeiras de forma correta, identificando possíveis inconsistências ou problemas.

Segundo Mattos (2017, p. 54), “o auditor deve ser discreto em suas atividades, suas ações não devem chamar a atenção das áreas auditadas, não devem gerar incômodos ou desgastes na rotina.” O autor também salienta a possível vantagem que a discrição traz ao auditor em relação ao auditado, evitando que alguma inconsistência seja adulterada ou ocultada durante o processo de auditoria.

Nota-se que, a discrição, conforme Mattos, é outro atributo muito importante do auditor. Tal característica evita interferências desnecessárias na rotina da empresa auditada e garante certo benefício ao auditor, reduzindo a possibilidade de fraude no decorrer da auditoria.

Sobre a abordagem do auditor para com a auditada, ainda de acordo com Mattos (2017, p. 56), certas precauções devem ser levadas em consideração, como:

- Usar um tom de voz firme, mas sempre agradável;
- Pedir, em vez de exigir informações;
- Ter bom senso, sendo justo e imparcial em suas decisões;
- Ser autoconfiante, mas sem parecer arrogante;
- Saber ouvir com atenção;

- Manter sempre o respeito e a humildade.

Adotar esse tipo de postura torna o trabalho do auditor mais tranquilo e eficiente, pois facilita a comunicação com os colaboradores da empresa e reduz possíveis resistências ao processo de auditoria.

2.7 Principais desafios éticos e regulatórios que auditores independentes enfrentam durante o processo de auditoria

Iniciando com os desafios éticos, Attiê (2018, p.13), discorre da seguinte maneira:

A função da auditoria deve ser exercida em caráter de entendimento e que o trabalho executado tenha e mereça toda a credibilidade possível, não sendo permissível existir qualquer sombra de dúvida quanto à honestidade e aos padrões morais do auditor. A pessoa do auditor deve ser a de alguém com profundo equilíbrio e probidade, uma vez que sua opinião influenciará outras pessoas, principalmente em relação a interesses financeiros e comerciais que eventuais acionistas, proprietários, clientes e fornecedores, dentre outros, possam ter. A profissão de auditoria exige assim a obediência aos princípios éticos profissionais que fundamentalmente se apoiam em: independência; integridade; eficiência; confidencialidade.

Ou seja, para o autor, a ética é uma base indispensável para a atuação do auditor. Como sua opinião pode impactar diretamente decisões de investidores, credores e outros envolvidos, sua postura precisa ser irrepreensível. Ele deve seguir princípios como:

- Independência, agindo sempre com imparcialidade;
- Integridade, prezando pela honestidade em todas as situações;
- Eficiência, demonstrando competência e profissionalismo;
- Confidencialidade, mantendo o sigilo sobre todas as informações obtidas no processo de auditoria.

No que diz respeito aos desafios regulatórios, a Instrução CVM nº 308/1999, em seu artigo 25, estabelece que o auditor pode ser responsabilizado por atitudes que prejudiquem sua reputação profissional, como por exemplo:

- Omitir fatos relevantes que deveriam ser divulgados nas demonstrações contábeis;
- Deixar de relatar erros importantes que conheça;
- Agir com negligência grave durante a auditoria ou na elaboração do relatório;
- Não reunir provas suficientes para embasar sua opinião;
- Ignorar desvios importantes ou omissões relevantes em relação aos princípios

contábeis.

De acordo com a regulamentação, o auditor pode ser responsabilizado profissionalmente por diversas omissões e negligências durante o processo de auditoria, reforçando que o profissional deve agir com total discernimento, já que qualquer falha pode comprometer a qualidade do trabalho e a confiança do mercado.

Portanto, é importante destacar que o descumprimento das normas éticas e técnicas pode acarretar punições severas, previstas tanto na Instrução CVM nº 308/1999 quanto na Lei nº 6.385/1976 e no Código de Ética Profissional do Contador. As sanções aplicáveis incluem:

- Advertência ou censura pública;
- Multas pecuniárias;
- Suspensão temporária do exercício da atividade de auditor independente;
- Cassação ou inabilitação definitiva do registro profissional;
- Responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- E, em casos mais graves, responsabilidade criminal por fraude ou conivência com irregularidades.

Em resumo, percebe-se que durante o processo de auditoria, os auditores são constantemente cobrados nos campos éticos e regulatórios. Apesar de não ser fácil, esses desafios se complementam na construção de uma auditoria responsável e confiável. O cumprimento rigoroso de ambas as áreas assegura que o auditor mantenha sua credibilidade, contribuindo para a transparência e para a confiança do mercado e das partes interessadas.

2.8 Definição de Grande Empresa

A definição de empresa, conforme Fraporti, Reis e Ferrari (2018, p. 61), se dá em:

(...) atividade econômica que tem o propósito de fazer a produção e incentivar a circulação de bens e serviços para o mercado. Ela tem à frente a figura de um empresário, que tem a empresa como profissão.

Em concordância com as autoras, uma empresa pode ser definida como toda organização de caráter econômico que visa produzir e/ou prestar bens e serviços à terceiros. Além disso, a organização é comandada pelo empresário, constituindo essa função como atividade profissional.

Já Lisboa et al. (2011, p. 14) define empresa como:



Unidade que - embora constituída, tal como as outras, com meios humanos, materiais e monetários - atua na lógica das leis do mercado ou do plano e é condicionada por variáveis ambientais que interagem com seu desenvolvimento.

Portanto, conforme o autor, empresa é uma entidade gerada mediante fatores de produção, como: capital, trabalho e matéria prima. Além disso, a mesma é sujeita aos fatores ambientais que influenciam diretamente em seu progresso.

Para especificar o porte de uma empresa, deve-se considerar alguns critérios estipulados por órgãos agregados ao Governo, como por exemplo:

- O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que classifica como grandes empresas aquelas que possuem:
 - Mais de 100 funcionários, no caso de empresas de comércio e serviços;
 - Mais de 500 funcionários, no caso de indústrias.
- E para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a empresa é de grande porte quando sua receita bruta ou renda anual ultrapassa R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Em resumo, nota-se que, a empresa de grande porte, para ser definida como tal, deve atender alguns critérios relacionados à sua capacidade de produção, seu faturamento anual e seu número de funcionários.

3 METODOLOGIA

A Metodologia adotada neste Artigo, trata-se da Pesquisa Qualitativa do tipo Bibliográfica Descritiva.

Sendo assim, conforme Richardson (1999, p. 22), a metodologia é definida como “os procedimentos e regras utilizadas por determinado método”.

Segundo o autor, a metodologia pode ser compreendida como o conjunto de normas e passos a serem seguidos em um determinado método de pesquisa, garantindo a rigorosidade e a validade dos resultados obtidos.

De acordo com Jung (2004), a metodologia da pesquisa consiste em uma sequência de procedimentos que, quando organizados de maneira lógica, otimizam a descoberta de informações sobre o mundo físico e a inovação tecnológica.

Dessa forma, o autor afirma que a metodologia é um conjunto de etapas sequenciais que, quando bem estruturadas, otimizam a busca por informações sobre o mundo natural e a criação de novas soluções.

Já Prodanov e Freitas (2013, p. 14) discorrem que:

A Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação.

Portanto, em concordância com os autores, metodologia é a área que analisa e avalia os métodos e técnicas de pesquisa, com o objetivo de orientar a coleta e o tratamento das informações, contribuindo para a solução de problemas investigativos.

3.1. Pesquisa Qualitativa

Para Vieira (1996, p. 79), a pesquisa qualitativa é aquela que se fundamenta em análises de natureza qualitativa, dispensando, em sua concepção original, o emprego de instrumentos estatísticos para a interpretação dos dados coletados.

Ou seja, para o autor, a pesquisa qualitativa se distingue pela sua natureza interpretativa, buscando compreender os fenômenos a partir de suas particularidades, sem a necessidade de quantificar os dados.

Conforme Reneker (1993), a pesquisa qualitativa tem uma abordagem indutiva em que

o pesquisador inicia sua investigação sem teorias pré-definidas, buscando construir novos conhecimentos a partir da análise profunda dos dados coletados.

Segundo o autor, a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma construção teórica a partir dos dados. Ao invés de testar hipóteses, o pesquisador busca identificar padrões e significados nos dados para gerar novas teorias.

3.2. Pesquisa Bibliográfica

De acordo com Andrade (2010, p. 25), a pesquisa bibliográfica é:

(...) habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

O autor discorre que a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida para qualquer investigação acadêmica. Desde a escolha do tema até a elaboração das conclusões, a consulta a fontes bibliográficas é crucial para o desenvolvimento de qualquer trabalho, seja ele um simples resumo ou uma pesquisa mais complexa.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002, p. 32), é:

É realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Para o autor, a pesquisa bibliográfica consiste em uma revisão sistemática de trabalhos já publicados, como artigos e livros, a fim de identificar o que já se sabe sobre um determinado tema. Essa etapa é crucial para situar o estudo no contexto da pesquisa existente e construir uma base sólida para novas descobertas.

Conforme Lakatos e Marconi (2017, p. 216) a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”.

Percebe-se então, que de acordo com os autores, a pesquisa bibliográfica não se limita

a ser uma simples reprodução de conteúdos já existentes, permitindo que o pesquisador analise um tema por uma nova perspectiva e alcance conclusões originais.

3.3. Pesquisa Descritiva

Segundo Barros e Lehfeld (1990, p. 34), na pesquisa descritiva se dá pela:

[...] descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados ou ainda pela pesquisa bibliográfica e documental. Das pesquisas descritivas pode-se chegar à elaboração de perfis, cenários etc. A ênfase metodológica pode ser mais quantitativa do que a qualitativa. Busca percentuais, médias, indicadores, curvas de normalidade etc.

Os autores definem a pesquisa descritiva como um método que busca caracterizar um fenômeno por meio da observação direta, coleta de dados e análise de documentos. Essa abordagem permite a construção de perfis e cenários detalhados, com foco em dados quantitativos como porcentagens, médias e indicadores.

De acordo com Moreira e Caleffe (2008, p. 70), pesquisa descritiva é um estudo de status comumente empregado em educação e ciências comportamentais e fundamenta-se na premissa de que a observação objetiva e detalhada, seguida de análise e descrição, contribui para a resolução de problemas e a melhoria de práticas. Diversas técnicas e métodos de resolução de problemas se enquadram nessa categoria.

Os autores afirmam que a pesquisa descritiva se baseia na ideia de que observar e analisar detalhadamente uma situação pode ajudar a solucionar problemas e aprimorar práticas. Essa abordagem engloba diversas técnicas de investigação.

Conforme Lozada e Nunes (2019, p. 139):

A pesquisa descritiva objetiva reunir e analisar muitas informações sobre o assunto estudado. Ela tem como principal diferença em relação à pesquisa exploratória o fato de o assunto já ser conhecido. Assim, o pesquisador pode proporcionar novas visões sobre uma realidade já mapeada.

Portanto, de acordo com os autores, a pesquisa descritiva tem como finalidade coletar e interpretar uma grande quantidade de dados sobre um tema já estudado, permitindo ao pesquisador tecer novas interpretações ou perspectivas sobre um tema já levantado.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise bibliográfica realizada, ficou evidente que a auditoria independente exerce um papel crucial na promoção da transparência, da confiabilidade e da boa governança das demonstrações contábeis em empresas de grande porte. Os autores consultados reforçam que essa prática é indispensável para garantir a integridade das informações financeiras, além de ser essencial para consolidar a confiança de investidores, credores e demais interessados.

No que se refere aos desafios enfrentados pelos auditores, a pesquisa revelou que as exigências éticas e regulatórias são os principais pontos críticos do exercício profissional. Questões como a manutenção da independência, a integridade moral, a confidencialidade das informações e o cumprimento rigoroso das normas são constantemente enfatizadas como pilares da atuação do auditor.

Além disso, os dispositivos legais, como a Instrução CVM nº 308/1999, impõem responsabilidades severas aos profissionais, tornando evidente a necessidade de constante atualização técnica e postura ética inquestionável. A pressão por resultados, a relação contínua com clientes e a complexidade das operações das grandes empresas também se mostram como fatores de risco à imparcialidade do trabalho do auditor.

A discussão evidencia, portanto, que os desafios éticos e regulatórios são indissociáveis da prática da auditoria independente, especialmente quando aplicada a empresas de grande porte. A atuação segura e responsável dos auditores torna-se essencial para garantir a qualidade e credibilidade das informações financeiras no mercado atual.



5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo compreender os principais desafios éticos e regulatórios enfrentados por auditores independentes na atuação junto a empresas de grande porte. A partir da revisão da literatura especializada, foi possível identificar que tais desafios estão fortemente relacionados à exigência de conduta ética rigorosa e ao cumprimento de normas e legislações específicas que regulam a profissão.

Verificou-se que a independência, a integridade, a confidencialidade e a competência técnica são atributos indispensáveis ao auditor, cuja atuação influencia diretamente a tomada de decisão de diversos agentes econômicos. Os riscos à imparcialidade e a pressão do ambiente corporativo requerem do auditor uma postura ética sólida e comprometida com a qualidade da informação contábil.

Além disso, a regulamentação da profissão, por meio de normas como a Instrução CVM nº 308/1999 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, estabelece critérios rigorosos para o exercício da atividade, o que reforça a importância da responsabilidade profissional no desempenho da função.

Diante dos fatos abordados e da problemática em questão: **Quais são os principais desafios éticos e regulatórios que auditores enfrentam ao auditar empresas de grande porte?**

Conclui-se, portanto, que os desafios enfrentados pelos auditores independentes são complexos e exigem preparo técnico e postura ética para que se mantenha a confiança do mercado e a credibilidade das demonstrações financeiras auditadas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTON, L. **Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84483/185854.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 maio. 2025
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**, 10ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522478392/>. Acesso em: 20 maio 2025.
- ATTIE, W. **Auditoria Conceitos e Aplicações**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597017229/>. Acesso em: 20 maio. 2025.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Critérios para classificação de empresas**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- BRASIL. **Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm. Acesso em: 12 maio 2025.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999**. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários: CVM, 1999. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/300/Inst308Consolidada.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Código de Ética Profissional do Contador**. Resolução CFC nº 803/1996, atualizada pela Resolução nº 1.307/2010. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 12 maio 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 200 (R1) – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria e ainda requerimentos relativos à formação da opinião do auditor**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf). Acesso em: 20 maio. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2025.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775002/>. Acesso em: 12 maio. 2025.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria fiscal e tributária - 2ED**. 2. ed. Rio de



Janeiro: Saraiva Uni, 2019. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131921/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2025.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil** – Normas de auditoria, papéis de trabalho, programas de auditoria e relatórios de auditorias. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FRAPORTI, S.; REIS, Z. C.; FERRARI, F. L.; et al. **Teoria geral da empresa**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024434/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101720.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2025.

JUND, S. **Auditoria**: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. Rio de Janeiro: Consulex, 2001.

JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa e desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Axcel Books, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:

https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientifica_8_ed._www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientifica_8_ed._www.meulivro.biz.pdf. Acesso em: 20 maio. 2025.

LINS, L. S. **Auditoria**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011807/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

LISBOA, J.; COELHO, A.; COELHO, F.; ALMEIDA, F. **Introdução à Gestão de Organizações**. Porto: Vida Económica Editora, 2011. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/229670587/Introducao-Gestao-Organizacoes>. Acesso em: 20 maio. 2025

LOZADA, G.; NUNES, K. S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

MATTOS, J. G. **Auditoria**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595020115/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/707417551/MORREIRA-H-CALEFFE-L-G-Metodologia-da-pesquisa-para-o-professor-pesquisador>. Acesso em: 20 maio. 2025.

OLIVEIRA, L. M.; DINIZ FILHO, A. **Curso básico de auditoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001



PEREIRA, V. **Fundamentos de auditoria contábil**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788569726784/>.
Acesso em: 20 maio. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** - 2ª Edição. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2025.

RENEKER, M. H. **A qualitative study of information seeking among members of na academic community: methodological issues and problems**. Library Quarterly, v. 63, n. 4, p. 487-507, Oct. 1993. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/4308868>>. Acesso em: 12 maio 2025.

RICARDINO, Á.; CARVALHO, L. N. **Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil**. Revista Contabilidade & Finanças, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/LyB7pqG6d6ryLbJrpzPR3F/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <https://climatechangemoz.com/wp-content/uploads/2020/04/Metodologia-de-Pesquisa-Social-Richardson.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2025

VIEIRA, M. M. F. **A comparative study on quality management in the Brazilian and the Scottish prison service**. 1996. Tese (Doutorado em Business Studies) - University of Edinburgh, Edimburgo, Escócia, 1996. Disponível em: <https://era.ed.ac.uk/handle/1842/21587>. Acesso em: 20 maio. 2025.